

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **Concurso Público sem publicação no JOUE**

**Empreitada de conceção, fornecimento e instalação de  
cobertura tensionada no Polidesportivo Filipe Mota e no  
Mercado Agrícola de Santo António da Serra**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO.....</b>	<b>1</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Identificação e objeto do procedimento .....	1
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Entidade adjudicante .....	1
Cláusula 3. <sup>a</sup> Órgão que tomou a decisão de contratar .....	2
<b>CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS .....</b>	<b>2</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> Consulta e disponibilização das peças do procedimento .....	2
Cláusula 5. <sup>a</sup> Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento .....	3
Cláusula 6. <sup>a</sup> Visitas .....	4
Cláusula 7. <sup>a</sup> Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> Concorrentes .....	5
Cláusula 9. <sup>a</sup> Agrupamentos .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> Documentos da proposta .....	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> Propostas variantes .....	9
Cláusula 12. <sup>a</sup> Modo de apresentação da proposta .....	9
Cláusula 13. <sup>a</sup> Prazo para apresentação de propostas .....	10
Cláusula 14. <sup>a</sup> Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....	10
Cláusula 15. <sup>a</sup> Preço base .....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas..	11
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> Critério de adjudicação .....	11
Cláusula 18. <sup>a</sup> Preço anormalmente baixo .....	12
Cláusula 19. <sup>a</sup> Esclarecimentos e suprimentos das propostas .....	12
Cláusula 20. <sup>a</sup> Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final .....	13
<b>CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> Adjudicação .....	14

Cláusula 22.ª Documentos de habilitação e modo de apresentação .....	14
Cláusula 23.ª Caução .....	14
<b>CAPÍTULO V – CONTRATO.....</b>	<b>17</b>
Cláusula 24.ª Minuta e outorga do contrato .....	17
Cláusula 25.ª Não outorga do contrato.....	17
<b>CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....</b>	<b>18</b>
Cláusula 26.ª Despesas e encargos.....	18
Cláusula 27.ª Informação sobre proteção de dados pessoais.....	18
Cláusula 28.ª Impugnações administrativas.....	20
Cláusula 29.ª Notificações e comunicações .....	20
Cláusula 30.ª Prevalência .....	20
Cláusula 31.ª Possibilidade de adoção do ajuste direto .....	20
Cláusula 32.ª Legislação aplicável.....	20
<b>ANEXO I-M.....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO II-M.....</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO III .....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO V .....</b>	<b>25</b>

## **CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO**

### **Cláusula 1.ª - Identificação e objeto do procedimento**

1. O presente Concurso Público sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), é constituído por **2 (dois) lotes**, a seguir identificados, e tem por objeto a **empreitada de conceção, fornecimento e instalação de cobertura tensionada no Polidesportivo Filipe Mota e Mercada Agrícola de Santo António da Serra**, nos termos em anexo ao Caderno de Encargos e que dele fazem parte integrante, nos termos e condições nele descritos:
  - i. Lote 1: Empreitada de conceção, fornecimento e instalação de cobertura tensionada no Polidesportivo Filipe Mota;
  - ii. Lote 2: Empreitada de conceção, fornecimento e instalação de cobertura tensionada no Mercado Agrícola de Santo António da Serra.
2. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, de ora em diante designado abreviadamente por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e respetiva legislação complementar.
3. A empreitada, objeto do presente concurso, é classificada com o código **45260000-7** de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de **edificação de coberturas e outras construções especializadas** indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

### **Cláusula 2.ª - Entidade adjudicante**

1. A entidade pública contratante é o Município de Santa Cruz, com sede à Praça Dr. João Abel de Freitas, 9100 – 157 Santa Cruz, com o endereço de correio eletrónico geral@cm-santacruz.pt, com o nº de telefone 291 520 100 e nº de fax 291 523 979.
2. A plataforma eletrónica utilizada por esta entidade é a Acingov, com o endereço eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

### **Cláusula 3.ª Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada despacho 151/2025 em 19 de março de 2025, em cumprimento com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

## **CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

### **Cláusula 4.ª Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1. As peças do procedimento do concurso público são o anúncio, o presente programa do procedimento e os seus anexos, o caderno de encargos e os seus anexos.
2. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço [geral@cm-santacruz.pt](mailto:geral@cm-santacruz.pt), não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica (exceto se se verificar uma das situações previstas no n.º 5 do artigo 62.º do CCP).
3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.
5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a

que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

**Cláusula 5.ª Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento**

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri do procedimento.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
3. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
  - a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o Órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou

omissões das peças do procedimento, bem como presta esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Cláusula 6.ª Visitas**

Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados podem visitar e inspecionar o local de execução da obra, objeto do presente procedimento, e realizar nele os reconhecimentos que entendam indispensáveis à elaboração das suas propostas devendo inteirar-se localmente das condições do terreno que influam no modo de execução da obra e das condições estabelecidas no caderno de encargos.

#### **Cláusula 7.ª Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser

prorrogado pelo período considerado adequado.

4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e aproveitam a todos os interessados.

#### **Cláusula 8.ª Concorrentes**

1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta, a qual obrigatoriamente deverá contemplar os projetos de execução de definição de formas, estabilidade, drenagem de águas pluviais, projeto elétrico e estudo luminotécnico, sob pena de desqualificação do concurso.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### **Cláusula 9.ª Agrupamentos**

1. A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07.



### Cláusula 10.ª Documentos da proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes a concurso, devendo respeitar as quantidades e o preço base estipulado.
3. Junto com a proposta, o concorrente deve apresentar os seguintes elementos/documentos:
  - a) Certidão comercial/permanente ou indicação do código de acesso à mesma, bem como documento que comprove os poderes de representação do concorrente, por quem assina a proposta, quando tais poderes não possam ser aferidos através da certidão comercial;
  - b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do anexo I-M ao CCP, adaptada de acordo com o modelo constante do anexo I – M do DLR nº 34/2008/M, na sua redação atual, e conforme modelo anexo ao presente ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
  - c) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
    - i) **Proposta contratual**, que deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e elaborada em conformidade como modelo constante do **Anexo V** a este programa de procedimento (**Minuta da proposta**), do qual faz parte integrante;
    - ii) Projeto de execução da estrutura a materializar, contendo a Definição de formas, Projeto de estabilidade, Projeto de drenagem de águas pluviais, Projeto elétrico e Estudo luminotécnico;
    - iii) Prazo máximo de execução, o qual não poderá ser superior a **16 semanas consecutivas (112 dias)**, a contar da data da sua consignação ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
    - iv) Uma **lista dos preços unitários** de todas as **espécies de trabalho** previstas no projeto;
    - v) **Um plano de trabalhos**, apresentado sob forma gráfica, com discriminação das diversas atividades, devendo conter, com respeito pelo prazo de execução da obra, a fixação da sequência e dos prazos parciais da execução de cada uma das espécies de trabalhos previstase a especificação dos meios

(mão de obra e equipamentos), de acordo com o projeto patenteado no procedimento;

vi) **Um plano de pagamentos com cronograma financeiro**, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos;

d) **Declaração de existência de Alvará de Construção**, emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (**IMPIC**) de que possui habilitação adequada e necessária à execução da obra a realizar, com as seguintes autorizações:

vii) **2ª subcategoria** (estruturas metálicas) da **1ª Categoria** (edifícios e património construído), a qual tem de ser em classe que cubra o valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra;

viii) **10ª subcategoria** (infraestruturas de desporto e lazer) da **2ª Categoria** (vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), a qual tem de ser em classe que cubra o valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra.

4. O **preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA**, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. **Todos os documentos referidos no n.º 3 devem ser individualmente assinados**, mediante a utilização de certificados de **assinatura eletrónica qualificada**, pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para o(s) obrigar, de acordo com o número 4 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 3 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
8. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em português.

9. Adicionalmente poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

#### **Cláusula 11.ª Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

#### **Cláusula 12.ª Modo de apresentação da proposta**

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º deste programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.

6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do *site* onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos *site* e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

#### **Cláusula 13.ª Prazo para apresentação de propostas**

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23h59 do **14.º (décimo quarto) dia** a contar da data do envio do anúncio para o Diário da República, dia também indicado na referida plataforma.
2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

#### **Cláusula 14.ª Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

#### **Cláusula 15.ª Preço Base**

O **preço base global**, montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar

pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, **é de EUR 920.988,81 (novecentos e vinte mil, novecentos e oitenta e oito euros e oitenta e um cêntimos)**, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado, dividido nos seguintes termos:

- **Lote 1: EUR 282.617,13** (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e dezassete euros e treze cêntimos);
- **Lote 2: EUR 638.371,68** (seiscentos e trinta e oito mil, trezentos e setenta e um euros e sessenta e oito cêntimos).

#### **Cláusula 16.ª Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas**

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

### **CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

#### **Cláusula 17.ª Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade **monofator**, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar o **preço mais baixo**.
3. Em caso de empate dar-se-á preferência à proposta que apresente o menor prazo de execução.
4. Caso, ainda assim, subsista a igualdade, proceder-se-á à realização de sorteio a decorrer nos seguintes termos:
  - a) O sorteio será presencial e realizar-se-á após o termo do prazo de audiência prévia ao relatório preliminar, na Câmara Municipal de Santa Cruz, com um ou mais elementos do Júri, em dia e hora a comunicar aos concorrentes;
  - b) Os concorrentes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes.

- c) No sorteio serão utilizados dois dados, que serão lançados pelos representantes dos concorrentes, nos seguintes termos:
- O primeiro lançamento é feito pelo concorrente cuja proposta tenha sido apresentada em primeiro lugar e assim subsequentemente;
  - Cada representante fará um único lançamento;
  - O representante do concorrente que obtenha maior pontuação no lançamento, ficará classificado em primeiro lugar e assim subsequentemente;
  - Caso, na sequência do lançamento dos dados, os representantes dos concorrentes obtenham igual pontuação, voltam a fazer novo lançamento até que a situação de empate deixe de se verificar.
- d) O(s) concorrente(s) que não possam comparecer ao sorteio podem solicitar a sua representação por uma testemunha a designar pelo Júri do procedimento, devendo, para o efeito, remeter à Camara Municipal de Santa Cruz uma declaração nesse sentido, até às 23h59 da véspera do dia do sorteio.
- e) Os concorrentes que não compareçam nem queiram fazer-se representar nos termos da alínea precedente, ficarão posicionados nos seguintes termos:
- Tratando-se de empate entre duas propostas, em que compareça apenas um dos concorrentes, este ficará imediatamente posicionado em primeiro lugar, ficando o concorrente que não compareceu posicionado em segundo lugar;
  - Tratando-se de empate entre três ou mais propostas, em que compareçam apenas alguns dos concorrentes, estes ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a realizar de acordo com o estipulado nas alíneas c) e d) supra, sendo os concorrentes ausentes representados por testemunha(s) a designar pelo Júri do procedimento;
  - Caso não compareçam quaisquer concorrentes, os mesmos ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a decorrer de acordo com o estipulado nas alíneas c) e d) supra, a realizar pelos elementos do Júri.
- f) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

#### **Cláusula 18.ª Preço anormalmente baixo**

Para a presente empreitada, não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

#### **Cláusula 19.ª Esclarecimentos e suprimentos das propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as

propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos e para o efeito do artigo 72.º do CCP.
4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.
5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
6. Os pedidos do júri indicados nesta Cláusula e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Cláusula 20.ª Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final**

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um **relatório preliminar**, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente

programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.

3. O relatório preliminar é submetido a **audiência prévia** dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica, para se pronunciarem no prazo de cinco (5) dias úteis.
4. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora **relatório final** fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente Cláusula.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

## **CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO**

### **Cláusula 21.ª Adjudicação**

1. Cumpridas as formalidades previstas nos Cláusulas anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos na Cláusula seguinte e para prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente



o seu valor.

4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

#### **Cláusula 22.ª Documentos de habilitação e modo de apresentação**

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II M ao CCP, adaptada de acordo com o modelo constante do anexo II – M do DLR nº 34/2008/M, na sua redação atual, conforme modelo anexo ao presente Programa do Procedimento e do qual faz parte integrante;
  - b) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP;
  - c) Documentos exigidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual (**Apenas para entidades com rendimentos gerados no território da RAM**), no que respeita ao último exercício económico:
    - i. Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
    - ii. Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
    - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
    - iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA.

**Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas nas alíneas do número precedente, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, conforme anexo III junto ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.**

- d) Cópia da Certidão do Registo Comercial e de procuração, caso o contrato seja assinado por procurador, com indicação do respetivo n.º do cartão do cidadão ou bilhete de identidade, respetiva validade e o número fiscal de contribuinte.

- e) Apresentação de comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo a efetuar através de consulta eletrónica ou autorização para efetuar essa consulta (Cláusula 36º do RJRCBE);
  - f) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, no caso em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;
  - g) **Alvará de Construção**, emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (**IMPIC**) de que possui habilitação adequada e necessária à execução da obra a realizar, com as seguintes autorizações:
    - i. **2ª subcategoria** (estruturas metálicas) da **1ª Categoria** (edifícios e património construído), a qual tem de ser em classe que cubra o valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra;
    - ii. **10ª subcategoria** (infraestruturas de desporto e lazer) da **2ª Categoria** (vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), a qual tem de ser em classe que cubra o valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra.
2. Caso os documentos apresentados ao abrigo dos pontos anteriores contenham irregularidades que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, será concedido o prazo não superior a 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas.
  3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa e ser assinados pelas entidades que os emitem.
  4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
  5. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt).
  6. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### **Cláusula 23.ª Caução**

1. No caso do contrato a celebrar implicar o pagamento de um preço igual ou superior a EUR 500.000,00 (quinhentos mil euros), para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, ser-lhe-á exigida, nos termos dos artigos 88.º e 89.º, n.º 1 do CCP e do artigo 8.º-B, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, a prestação de uma caução no valor de 2% do preço contratual, sem IVA, exceto quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, hipótese em que o valor de caução a prestar será de 10%.
2. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
3. A caução deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, devendo a mesma ser prestada por qualquer modo previsto no artigo 90.º do CCP.
4. Caso a caução seja prestada mediante garantia bancária, seguro caução ou depósito em dinheiro / títulos, deverão ser adotados os modelos constantes do Anexo IV ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante.

## **CAPÍTULO V – CONTRATO**

### **Cláusula 24.ª Minuta e outorga do contrato**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 101.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico

através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

#### **Cláusula 25.ª Não Outorga do Contrato**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não cumprir com os prazos e procedimentos fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos do previsto no nº 4 do artigo 54.º do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. No caso previsto no nº 1, poderá ser instaurado ao concorrente, cuja proposta foi adjudicada um processo de contraordenação, nos termos previstos nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

### **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

#### **Cláusula 26.ª Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, se devida, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

#### **Cláusula 27.ª Informação sobre proteção de dados pessoais**

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Entidade Adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos nesta Cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos

participantes.

3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente Cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Entidade Adjudicante, nos termos previstos no RGPD.
5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08.08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
  - a) A exercer perante a Entidade Adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

#### **Cláusula 28.ª Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no título VII do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica.

#### **Cláusula 29.ª Notificações e comunicações**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

#### **Cláusula 30.ª Prevalência**

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

#### **Cláusula 31.ª Possibilidade de adoção do ajuste direto**

O presente procedimento contempla a possibilidade de recurso ao ajuste direto nos termos e para os efeitos das situações previstas no artigo 24.º do CCP quanto às empreitadas de obras públicas e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do CCP, quanto às empreitadas similares.

#### **Cláusula 32.ª Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável

ANEXO I – M

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a)* .....

*b)* .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de

procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II - M

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- \_\_\_\_\_ Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira (3)
- \_\_\_\_\_ Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR(3)
- \_\_\_\_\_ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES); (3)
- \_\_\_\_\_ .Anexo R da última declaração periódica do IVA. (3)

(assinalar com X as opções aplicáveis)

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

## ANEXO IV

### Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

#### Garantia bancária n.º \_\_\_\_ ou Seguro de caução – Apólice n.º ...

Em nome e a pedido de.....(Identificação completa do adjudicatário), vem o(a) ...(Identificação completa da instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de ...(Identificação completa da entidade beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução<sup>1</sup>, até ao montante de ...euros, (extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ...(identificar o procedimento) relativo à adjudicação correspondente a ...<sup>2</sup>, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs<sup>3</sup> ... do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ...%<sup>4</sup> do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros<sup>5</sup> garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (data)...

... (assinatura).

**As assinaturas da presente garantia bancária/seguro-caução devem ser devidamente reconhecidas por Notário (cf. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 26/2004 de 04 de fevereiro) ou por Advogado ou Solicitador (cf. artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março conjugado com a Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho).**

<sup>1</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>2</sup> Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de ...locação de .../fornecimento de .../prestação de serviços de .../empreitada de ...).

<sup>3</sup> Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 do artigo 90.º do CCP. Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 do artigo 90.º do CCP.

<sup>4</sup> O valor da caução será de 2% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do CCP e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M, de 10 de dezembro.

<sup>5</sup> Eliminar o que não interessa.

### **Depósito em dinheiro ou em títulos**

1. Em nome e a pedido de ..... <sup>1</sup>, o (a) ..... <sup>2</sup> declara que foi efetuado nesta instituição, a favor do Município de Santa Cruz, o depósito em dinheiro / títulos no valor de ..... € <sup>3</sup>, referente ao depósito de 2% sobre o valor de ..... <sup>4</sup>, destinado a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais do adjudicatário, assumidas relativamente ao contrato de .....
2. O (A) ..... <sup>5</sup> obriga-se, por força desta depósito, a pagar aquela quantia, à primeira solicitação do Município de Santa Cruz, sem que esta tenha de se justificar o pedido e sem que o primeiro invoque em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato supra identificado ou com o cumprimento das obrigações assumidas pelo ..... <sup>6</sup> com a celebração daquele.
3. O pagamento desta quantia será efetuado no dia seguinte ao do pedido, prazo este findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios, à taxa mais elevada praticada pelo (a) Banco / Seguradora para operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da vida assumida por esta.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

<sup>1</sup> Identificação completa do adjudicatário: firma, sede e número de identificação fiscal.

<sup>2</sup> Identificação completa da instituição onde foi efetuado o depósito.

<sup>3</sup> Valor por numerário e por extenso que deve corresponder a 2% do valor da adjudicação, com exclusão do IVA.

<sup>4</sup> Valor do contrato.

<sup>5</sup> Identificação completa da instituição onde foi efetuado o depósito.

<sup>6</sup> Identificação completa do adjudicatário: firma, sede e número de identificação fiscal.

## ANEXO V - Minuta da Proposta

..... (indicar nome, profissão e morada ou firma e sede), com sede em ....., pessoa coletiva nº ....., titular do Alvará ..... contendo as habilitações da(s) Categoria(s), Subcategorias e Classe(s), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Concurso Público para “.....”, a que se refere o anúncio, publicado no e datado de....., obriga-se a executar o contrato em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições:

Preço Contratual (Total) de: \_\_\_\_\_ €. (numerário e por extenso);

Prazo de execução da empreitada: \_\_\_\_\_

Prazo de manutenção das propostas 90 dias.

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de 4%.

Mais declara que renuncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o Tribunal de \_\_\_\_\_, com expressa renúncia a qualquer outro. OU

Mais declara que aceita atribuir a competência para a resolução de litígios relativos ao contrato ao Centro de Arbitragem institucionalizado (*designação e identificação do Centro de Arbitragem institucionalizado*).

... (local), ... (data), [assinatura]